ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 2 DE OUTUBRO DE 2019.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)

2º SECRETÁRIO: VEREADOR SABÁ (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX MINE, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CEZAR LEITE, DANIEL RIOS, DEMÉTRIO OLIVEIRA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, GERALDO JÚNIOR, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ TRINDADE, KIKI BISPO, LORENA BRANDÃO, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELLE MORAES, MARCOS MENDES, MARTA RODRIGUES, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRO GODINHO, RICARDO ALMEIDA, SABÁ, SÉRGIO NOGUEIRA, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA, TOINHO CAROLINO e VADO MALASSOMBRADO, estando licenciados os vereadores FÁBIO SOUZA, HÉLIO FERREIRA e LUIZ CARLOS DE SOUZA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 326/19 do vereador Joceval Rodrigues e 327/19 do vereador Alexandre Aleluia; Projetos de Indicação n.s 1.027 a 1.030/19 da vereadora Ireuda Silva, 1.031 a 1.038/19 do vereador Orlando Palhinha, 1.039/19 da vereadora Ireuda Silva, 1.040 a 1.047/19 do vereador Orlando Palhinha e 1.048 a 1.077/19 da vereadora Ireuda Silva; Projeto de Resolução n. 160/19 do vereador Geraldo

Júnior; Requerimentos n.s 197/19 do vereador Henrique Carballal, 198/19 do vereador Sílvio Humberto e 199/19 do vereador Ricardo Almeida; Moção n. 114/19 da vereadora Lorena Brandão; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, nos **Registros**, o vereador Edvaldo Brito comentou sobre nota fúnebre do Correio da Bahia a respeito da Faculdade de Direito da UFBA. Destacou seu papel como professor da instituição, com a qual se relacionava havia décadas, e declarou que, como vereador, não aceitava esse "sepultamento". Lembrou a visita que o senhor presidente e outros edis fizeram ao reitor da UFBA João Carlos Salles, em apoio diante do corte de verbas para a instituição, e contou que sentiu medo ao ir dar aula no Doutorado, pela falta de vigilância no local. Pediu, como presente pelos 82 anos que completaria no dia seguinte, o apoio efetivo da Casa ao reitor da UFBA. O senhor presidente disse que se tratava de uma luta a receber o apoio de todos os vereadores. O vereador Orlando Palhinha contou sobre encontro da bancada baiana da Câmara dos Deputados com a ministra da Agricultura Tereza Cristina em apoio à cultura cacaueira, no qual receberam aceno positivo da gestora. Destacou o papel do cacau na economia do Estado. Elogiou o prefeito ACM Neto por lutar contra os problemas da Petrobras na Bahia, os quais ameaçavam encerrar atividades da estatal no Estado. O vereador Toinho Carolino associou-se ao vereador Edvaldo Brito, criticando o Presidente da República pelos problemas com as universidades e por outras questões. Declarou satisfação com a sanção ao seu Projeto para a rede de ensino reaproveitar o óleo usado na alimentação dos alunos, explicando que haveria ganho ambiental e de arrecadação com a medida. Agradeceu aos pares pela aprovação do Projeto. O senhor presidente parabenizou o orador. O vereador Odiosvaldo Vigas elogiou o discurso do vereador Edvaldo Brito, afirmando que o Governo Federal, para manter suas ideologias, tentava destruir a educação pública e a cultura. Observou que o Presidente da República se dirigia às famílias com palavrões, o que avaliou absurdo para a autoridade máxima do País. Saudou o prefeito pela atuação em prol da Petrobras. Pela ordem, o vereador Henrique

Carballal contou que a Comissão Especial de acompanhamento sobre os transportes estivera com a promotora do Ministério Público (MP) Rita Tourinho para tratar sobre um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que não era cumprido pela Prefeitura. Disse ter pedido a ela que nenhum outro TAC fosse firmado sem a participação a CMS e que a Casa tivesse 60 dias para se inteirar sobre a situação dos transportes. O senhor presidente declarou apoio para ser esclarecida a "caixa-preta" sobre os transportes. O vereador Marcos Mendes comentou sobre os ataques à educação pública. Contou sobre assembleia a respeito de procedimento que afetava o salário dos professores municipais. Considerou que a educação era atingida em todos os níveis de governo, relatando medidas que assim indicavam. O vereador Luiz Carlos Suíca mencionou sua ida a evento nacional de estudantes e disse que os problemas com a educação pública passavam por várias questões. Relatou que, no em evento, foi aprovada uma resolução sobre o corte de verbas para a educação e destacou as consequências desse corte para os Institutos Federais. Contou sobre o desrespeito de um reitor à sucessora eleita para o cargo que ocupava. O vereador Joceval Rodrigues saudou a canonização de Irmã Dulce, contando que o senhor presidente estaria em Roma para prestigiar o fato. Transmitiu aos pares convite para evento religioso sobre Irmã Dulce na Arena Fonte Nova. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Fábio Souza (2 a 14 de outubro), Hélio Ferreira (2 de outubro), Maurício Trindade (1º de outubro) e Sabá (18 de setembro). Foi promulgada a Resolução n. 2.835/19. A vereadora Marta Rodrigues comentou sobre o Veto total, a ser votado nesta Sessão, ao seu Projeto para que famílias com atividades noturnas deixassem seus filhos em espaços já existentes. Expôs que essas famílias, em sua maioria, eram chefiadas por mulheres negras, as quais trabalhavam à noite ou estudavam à noite porque trabalhavam de dia, e considerou o Veto racista, repudiando-o. Subscreveu o discurso do vereador Edvaldo Brito, contando ter participado de ato na Reitoria da UFBA. O vereador José Trindade disse ter esperado posição dos edis governistas sobre a situação da Saúde municipal e relatou a visita a unidades de

saúde realizada pelos vereadores Aladilce Souza e Maurício Trindade, da Comissão de Saúde, cujo Relatório indicava falta de itens e de documentos básicos, além de estrutura deteriorada e ausência de profissionais. Disse que o Relatório apontava indícios de fraude e outros delitos. Pela ordem, o vereador Orlando Palhinha, em resposta ao orador, destacou o trabalho do secretário de Saúde Leo Prates, afirmando que ele já corrigira alguns problemas. Pela ordem, o vereador José Trindade replicou que tratava do sistema como um todo e que acreditava que o secretário faria um bom trabalho. O vereador Sílvio Humberto saudou o vereador Edvaldo Brito por seu aniversário e solidarizou-se quanto à destruição da universidade pública, da qual explicou ser também docente. Apontou a insuficiência dos recursos recentemente liberados e o fato de essa escassez deteriorar a qualidade do trabalho das universidades. Afirmou que a soberania era ameaçada com esses problemas e criticou a postura do Presidente da República, considerando que ele tentava privatizar a educação. A vereadora Aladilce Souza contou ter estado, com o vereador Marcos Mendes, na assembleia do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB-Sindicato), cujos membros decidiram pelo estado de greve. Afirmou que o prefeito protelava sua posição sobre a pauta de reivindicações, inclusive sobre comissão de avaliação de desempenho a ser criada. Afirmou que a CMS fora levada a aprovar a retirada de direitos dos professores. Criticou o Projeto sobre parcelamento tributário a ser votado, por não incluir o IPTU, e a rejeição de suas emendas por secretário. A vereadora Ana Rita Tavares se associou ao vereador Edvaldo Brito e aos que o secundaram sobre a universidade pública. Convidou todos para evento do seu mandato pelo Dia dos Animais, no dia seguinte, às 18h30, no Centro de Cultura. Informou que o Governo do Estado aceitou convênio para unidades de saúde prestarem serviço aos animais. Registrou a morte de cavalo no dia anterior, criticando omissão do Município a respeito. O vereador Carlos Muniz comentou sobre a morte de um morador do Engenho Velho da Federação por policiais militares no dia anterior. Criticou a ação policial

e considerou que o secretário da Segurança Pública faria algo a respeito, sublinhando que havia bons e maus policiais, e que os locais penetrados pelos policias eram habitados, em sua quase totalidade, por pessoas comuns. O senhor presidente destacou o trabalho das comissões e dos demais edis pelo Projeto, a ser votado nesta Sessão, sobre o Cidade Jardim. Explicou o trabalho de três anos por trás disso, bem como a retirada de pauta de uma proposição em favor da efetivação do que era previsto no Projeto. Afirmou que a questão era personalíssima e que estaria contra ele quem fosse a ela contrário. Encerrados os Registros, pela ordem, a vereadora Aladilce Souza solicitou verificação nominal de *quorum*, a qual fora realizada, tendo sido apurada a presença de 38 vereadores. Pela ordem, o vereador Marcos Mendes apontou a não-indicação de itens no Projeto sobre o Cidade Jardim e pediu que o ITIV fosse incluído no Projeto sobre parcelamento. O senhor presidente informou que haveria emendas a esse respeito. Aberta a **Ordem do Dia**, foi inicialmente apreciado o Projeto de Lei n. 298/19, do Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) para débitos tributários e não-tributários. Teve a palavra o líder do Governo, vereador Paulo Magalhães Júnior, que esclareceu aspectos técnicos sobre o Projeto e disse concordar com o que lhe fora dito, pela Oposição, acerca de haver *quorum* qualificado para esta votação. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito afirmou que a concordância do líder não era uma concessão, pois se atendia a imperativo legal. O senhor presidente esclareceu que o vereador Paulo Magalhães Júnior apenas tentava evitar o prolongamento de uma discussão sobre *quorum* qualificado. Havendo Emendas ao Projeto, subiu à Tribuna, para emitir Parecer conjunto pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Finanças e Orçamento, o vereador Alexandre Aleluia, o qual pediu cinco minutos para ler o conteúdo das Emendas. A Sessão foi então suspensa para esse fim. Retomada a Sessão, o vereador Alexandre Aleluia emitiu Parecer sobre as seis Emendas propostas, o qual foi pela rejeição total. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza e Luiz Carlos Suíca. Colhidos os votos na Comissão de Finanças, o Parecer foi

também aprovado, contra os votos dos vereadores Cezar Leite, Marta Rodrigues e Sidninho. Em votação, o Projeto de Lei n. 298/19 foi aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Ana Rita Tavares, Luiz Carlos Suíca, Marcos Mendes e Marta Rodrigues. Em seguida, foi aberto espaço para declarações de voto. O vereador Edvaldo Brito considerou que as receitas buscadas no Projeto poderiam ser obtidas de outro modo e que o Projeto fazia injustiça com a população, e explicou que seu voto favorável fora por consideração ao senhor presidente. O vereador Sidninho afirmou que a Procuradoria do Município se sobrepunha ao Executivo e explicou Emenda sua sobre honorários advocatícios. O vereador Sílvio Humberto disse que seu voto favorável era devido a crise e que não entendia a posição da Prefeitura sobre parcelamento de ITIV para imóveis usados. O vereador José Trindade declarou que seu voto fora favorável por entender que o resultado seria positivo para a população e por confiar no senhor presidente. O vereador Orlando Palhinha afirmou que o Projeto era pelo bem da população e que o parcelamento não era favor. O vereador Cezar Leite explicou que seu voto contrário ao Parecer se devia a pequenos proprietários com problemas sobre o IPTU. O vereador Isnard Araújo declarou seu voto a favor do Projeto, explicando sua posição sobre o IPTU. O vereador Odiosvaldo Vigas relacionou seu voto favorável ao compromisso social de sua bancada. O vereador Marcos Mendes disse que votaria a favor, mas acabou votando contrariamente por ver falta de respeito na rejeição às emendas da Oposição. O vereador Luiz Carlos Suíca declarou o mesmo sobre as emendas rejeitadas, pedindo respeito à Oposição. A vereadora Marta Rodrigues defendeu Emenda aditiva subscrita por ela, lamentando a falta de acolhimento. O vereador José Trindade observou que a bancada de Governo não tinha votos suficientes para a aprovação, a qual se dera pela colaboração de edis oposicionistas e independentes. O senhor presidente agradeceu esse apoio da Oposição e de independentes. O vereador Teo Senna se associou ao vereador José Trindade e parabenizou a condução do senhor presidente. O vereador Henrique Carballal

também parabenizou o senhor presidente, destacando sua relação positiva e não-subserviente com a bancada governista. Pela ordem, o vereador Kiki Bispo enalteceu o Colégio de Líderes e as comissões temáticas, sobre as quais, pediu o acompanhamento da TV Câmara. O senhor presidente elogiou o vereador Sílvio Humberto por ter provocado a atuação das comissões temáticas. Ainda declarando voto, o vereador Joceval Rodrigues elogiou a construção coletiva havida e o líder de Governo. Prosseguindo-se com a Ordem do Dia, foi discutido, votado e mantido o Veto n. 18/19, contra o voto do vereador Marcos Mendes. Iniciada a apreciação do Veto total n. 19/19, em discussão, o vereador Cezar Leite expôs sobre o Projeto de Lei n. 74/19, de sua autoria, que era objeto do Veto, destacando que ele fora aprovado à unanimidade. Contestou o entendimento da Procuradoria municipal que levou ao Veto e explicou a origem e o teor da medida sobre licitações visada na Proposição. Disse que o Veto não era jurídico, mas, político, e que desconhecia suas razões. O vereador Edvaldo Brito lembrou sua posição oposta aos vetos e destacou a CCJ e a Assessoria do vereador Duda Sanches pelo trabalho sobre os projetos da Casa. Sublinhou seus 45 anos de magistério jurídico como base para a sua posição e expressou estranhamento com o Veto a um Projeto de vereador da base governista. Pela ordem, o vereador Cezar Leite declarou orgulho em contar com a defesa do vereador Edvaldo Brito. O senhor presidente declarou que, se votasse, também apoiaria o edil. Pela ordem, também declarou apoio o vereador Toinho Carolino, que comentou veto a projeto seu e elogiou a CCJ. O vereador José Trindade associou-se aos vereadores Cezar Leite e Edvaldo Brito e pediu a rejeição de todos os Vetos. O vereador Paulo Magalhães Júnior elogiou o Projeto vetado, mas ressalvou a dimensão federal da matéria nele tratada. O vereador Marcos Mendes declarou que, apesar de suas divergências políticas, apoiava o vereador Cezar Leite e questionou a independência entre os Poderes, observando que um Projeto antes aprovado com 32 votos não tivera o mesmo quantitativo para que se derrubasse o correspondente Veto. O senhor presidente ponderou que a independência da CMS existia, mas o presidente não

poderia controlar os votos dos pares. Após discutido e votado, o Veto total n. 19/19 foi mantido, contra os votos dos vereadores Ana Rita Tavares, Cezar Leite, Edvaldo Brito, José Trindade, Marcos Mendes, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino. Prosseguindo-se com a Ordem do Dia, foram também discutidos, votados e mantidos os Vetos n.s. 20/19 (contra os votos dos vereadores Ana Rita Tavares, Cezar Leite, Edvaldo Brito, José Trindade, Marta Rodrigues, Sidninho, Sílvio Humberto e Toinho Carolino) e 21/19 (contra os votos dos vereadores Edvaldo Brito e José Trindade). Foram ainda discutidas, votadas e aprovadas, até a Redação Final, as seguintes Proposições: Projetos de Lei n.s 183/17, 126/19, 278/19, 279/19, 246/19 (com urgência urgentíssima aprovada) e 326/19 (com urgência urgentíssima aprovada); e Projetos de Resolução n.s 145/19, 147/19, 156/19 e 158/19. Por fim, foi discutido, votado e aprovado o Requerimento n. 197/19. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, à hora regimental. REGISTROS: registros do vereador Demétrio Oliveira.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO